

Movimentos sociais, negociação da realidade e modos de modernização na sociedade brasileira.

José Rogério Lopes¹

Resumo

Desde que Tilman Evers anunciou, na década de 1980, que “nós somos os novos movimentos sociais”, um mal-estar instalou-se na análise desses movimentos, em virtude da tensão teórica entre as concepções institucionalistas e as concepções autonomistas. Vinte anos depois de tal anúncio, essa tensão ainda permanece, embora as concepções autonomistas tenham apresentado maior vigor teórico-prático. Assim, frente ao escopo dos movimentos deflagrados e desenvolvidos, contemporaneamente na sociedade brasileira, e as suas repercussões no âmbito das relações com o Estado e a sociedade civil, busco apresentar uma análise que considere o potencial de emancipação presente nas propostas e ações que hoje se projetam nesses movimentos, com ênfase em seu modo de modernização das relações sociais, como um campo de possibilidades.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Autonomia. Conflito. Modos de modernização.

Abstract

Since Tilman Evers announced in the 80's that “we are the new social movements”, the mood has gone from bad to worse when it comes to the analysis of such movements due to the theoretical tension between the institutionalist conceptions and the autonomist conceptions. Twenty years have passed since the statement and the tension persists; however, autonomist conceptions have been showing greater theoretical-practical strength. Therefore, in face of the scope of the initiated and developed movements in Brazilian society in the present days, along with their repercussions when it comes to the relationship with the State and the civil society, I try to present an analysis that considers the emancipation potential that is present in the propositions and actions that appear in such movements, giving emphasis to the fact that they bear a modernizing character towards social relations.

Keywords: Social movements. Autonomy. Conflict. Modernization.

1 Pedagogo (Unitau, SP), Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP), Professor Titular do PPG em Ciências Sociais da Unisinos, RS. (jrlopes@unisinos.br)

Novos movimentos sociais: neoliberalismo ou negociação da realidade?

Desde que Tilman Evers (1984) desvelou “a face oculta dos novos movimentos sociais” configurados pela reivindicação de identidade, na década de 1980, afirmando que a pluralidade de formas de ação/reivindicação coletivas projetadas na esfera pública definia-se como auto-atribuição de reconhecimento – sintetizada na frase “nós somos os novos movimentos sociais” – instalou-se um mal-estar entre os analistas desses movimentos, em virtude da tensão teórica entre as concepções institucionalistas e as concepções autonomistas.

Embora teóricos alinhados a ambas as concepções tenham reconhecido a definição de “novos movimentos sociais” e se apropriado dela em suas análises (aliás, definição que se estende até a atualidade), na mesma década de 1980, Touraine (1989) já argumentava que a novidade que se anunciava tinha mais a ver com os conflitos sociais do que com a configuração dos movimentos sociais, em si.

Contudo, a caracterização básica da definição de Evers foi reproduzida em outros estudos brasileiros acerca dos movimentos sociais e configurou-se como a emergência de ações coletivas e lutas sociais diversificadas em torno de temas como identidade e diferença, sobretudo, nas camadas populares (SILVA, 2005). Tal configuração comporta uma diversidade de apreensões conceituais que abarca desde o surgimento de “comunidades reivindicantes” (DOIMO, 1995) no espaço urbano, à fragmentação dos movimentos sociais em formas de organização sociopolíticas e culturais específicas (as ONGs), na sociedade civil (GOHN, 1997, 2000), aos movimentos pela universalização da cidadania (TELLES, 2001), até os movimentos estudantis, feministas, por direitos civis, ecológicos, étnicos, entre outros (MELUCCI, 2001; SILVA, 2005).

Nessas apreensões, alguns elementos são convergentes:

1. o contexto histórico das décadas de 1960-80 é apontado como o período de transição das lutas sociais catalisadas pelo movimento operário, que tinha por base reivindicações predominantemente sócio-econômicas, para a fragmentação ou difusão desse princípio reivindicativo sob novas formas de ação ou reivindicação coletivas. Essas, por sua vez, passaram a se caracterizar pela emergência de “conflitos cotidianos” (DOIMO, 1995) ou pela focalização gradual de demandas setoriais por direitos às políticas públicas – o direito à igualdade ou à diferença (MELUCCI, 2001), até as “lutas por reconhecimento”, segundo Honneth (2003);
2. a transição dos movimentos sociais centrados no caráter de filiação a um projeto sociopolítico de transformação estrutural da sociedade capitalista, e em ações e mediações orientadas por tal teleologia, para movimentos rei-

vindicativos de ação direta, orientados pela experiência dos sujeitos (DOIMO, 1995; GOHN, 1997; MELUCCI, 2001);

3. a transição de um princípio universal de reivindicação redistributivista, centrado nas relações capital x trabalho, que afeta diretamente as relações de produção da sociedade capitalista (segundo uma lógica heterônoma e uma ética social baseada nos deveres), para uma esfera plural de sentidos e princípios reivindicativos situados fora das relações de produção da sociedade capitalista (HILSENBECK F., 2005; MACHADO, 2005), mas focalizados em processos que se enformam nas buscas pela auto-produção dos sujeitos (TOURAINÉ, 2006) (segundo uma lógica autonomista e uma ética baseada nos direitos) (CORTINA, 1995; LIPOVETSKY, 2000);

4. a erosão da capacidade de coesão dos atores sociais sistêmicos, estruturados em organizações ou entidades de classe hierarquizadas, e a emergência de novas “sínteses comunitárias” (DOIMO, 1995), ou de “comunidades de sentido” (BACZKO, 1985). Essas últimas sendo estruturadas sobre novas formas de solidariedade (LOPES, 2002), ou sobre as relações interpessoais que assumem uma “[...] concepção de organização que ‘harmoniza’ as decisões de base com o funcionamento de uma estrutura organizativa, que naturalmente toma forma na medida em que crescem os movimentos” (MACHADO, 2005, p. 86-87);

5. Por fim, a passagem dos processos de socialização dos sujeitos, que pressupunham a internalização de identificações e idealizações institucionalizadas em bases sócio-históricas, aos processos de auto-educação baseados em um refazer-se constante no enfrentamento local/global com as formas de poder ou de anulação das diferenças, frente ao processo totalizador do capitalismo (HILSENBECK, 2005, p. 70-72), também definidos por Krischke (2003, p. 161-198) como “aprendizado da democracia”. Pensando os conflitos sociais que emergem, nesse sentido, Melucci (2001, p. 81) afirma:

Os conflitos se movem, então, rumo à apropriação do sentido contra os aparatos distantes e impessoais que fazem da racionalidade instrumental a sua “razão” e sobre essa base impõem identificação. As questões antagonistas não se limitam a atingir o processo produtivo em sentido estrito, mas consideram o tempo, o espaço, as relações, o si-mesmo dos indivíduos.

Historicamente, esse quadro de mudanças estaria afetado, em princípio, pela “[...] violenta reassertão do determinismo econômico na vigência do neoliberalismo” (BURITY, 2002, p. 36). Contudo, como o próprio Burity aponta (p. 36):

[...] encontramos-nos, por toda parte, com um mal-estar explícito diante das explicações deterministas e objetivistas, em favor de uma postulação do caráter *construído* de toda ordem (social, política, cultural). Construção onde o *simbólico/discursivo* e o *material* são *coextensivos*, onde o sentido e as práticas se articulam permanentemente e tecem o real (2002).

Tal percepção complementa-se com a análise de Baquero (1996) de que, em tempos de neoliberalismo, vivemos sob “[...] uma política ativa de redução da sociedade civil a um agregado de indivíduos atomizados, cujo poder de barganha ficaria reduzido ao limite de suas possessões individuais” (p. 135).

Assim, a imbricação da reassertão do determinismo econômico, na vigência do neoliberalismo com a ideologia individualista, ou neo-individualista (da perspectiva ética, segundo Lipovetsky), parece tudo explicar sobre as mudanças dos e nos movimentos sociais. Parece, mas não explica tudo.

Embora a paisagem societária institucionalizada pelo neoliberalismo deva ser reconhecida em sua importância, reduzir o debate da questão causal que caracteriza a transição dos movimentos sociais a um determinismo econômico seria, no mínimo, um estreitamento de interpretação. Sociedades pluralistas como a brasileira, mesmo que convivendo com altos índices de desigualdade social, apresentam uma complexidade de interações entre as dimensões simbólico/discursivas e materiais da vida coletiva. Tal complexidade se projeta ou exterioriza cada vez mais como normas e valores sociais descentrados “[...] de uma concepção de sociedade como totalidade para o território de vivência e concorrência entre múltiplos *ethoi*, no espaço plástico e móvel do social” (BURITY, 2002, p. 36).

E mesmo que essa projeção/exteriorização seja cada vez mais “[...] definida como um processo constante de produção de sentido inseparavelmente ligado a práticas individuais e coletivas, por meio das quais a realidade social se constitui” (BURITY, 2002, p. 36), é importante seguir a orientação de:

[...] manter a conexão entre a identificação dos “interesses” dos atores e a experiência concreta das determinações histórico-sociais por parte desses últimos, a qual é mediada culturalmente. Desta forma, a postulação da autonomia cultural no plano analítico pode ser “demonstrada” por meio da análise da medida em que as pessoas fazem sentido (mediação cultural) das condições de sua experiência no processo de se posicionarem e agirem no mundo (BURITY, 2002, p. 37)².

É nesse sentido que a permanência do reconhecimento dos deveres, por parte de indivíduos e grupos, mesmo que sem seus atributos absolutos, evita que todos os problemas sociais sejam tratados localmente, ou reduzidos a questões tribais.

Mais até, segundo Touraine (2006, p. 120), “[...] o sujeito nunca se identifica totalmente consigo mesmo e continua situado na ordem dos direitos e dos deveres, na ordem da moralidade e não na ordem da experiência”.

2 Burity indica, para além da relação entre a ação e seu sentido na tradição weberiana, um outro referencial que joga com dois elementos: o reconhecimento do outro como dotado de singularidade e integridade, que leva ao respeito de sua alteridade (posição que lembra muito os argumentos da “luta por reconhecimento”, de Honneth [2003]), e a compreensão de que ele “[...] se define sempre pela sua posição num dado sistema de significação e práticas – que chamo discurso” (2002, p. 37, nota 6).

Ou seja, quando analisamos os chamados “novos movimentos sociais”, é importante perceber que aqueles projetos sociopolíticos que idealizavam os movimentos históricos atualizaram-se em crenças dos cidadãos, que se enformam em “[...] campos de consciência [que] aparecem como uma constelação de fatos e significados daquilo que é conscientemente vivenciado” (SANDOVAL, 1994, p. 61).

Nesse sentido, opera-se uma configuração de novas subjetividades e experiências, desdobradas de um plano de interações entre as esferas de ação contemporâneas que se deslocaram da macro-política para mediações mais próximas e significativas às pessoas, nas últimas décadas³. Esse deslocamento gerou novas problematizações no universo simbólico da política, mostrando que ele “[...] também é constituído pelas fontes mediatas e próximas de formação de classes” (1994, p. 62).

O movimento dessas interações, nas sociedades brasileira e latino-americana, fez com que os movimentos sociais assumissem princípios éticos (TOURAINÉ, 2006; GADEA, 2004) e transitassem no sentido de uma aproximação com as necessidades coletivas que se projetam na esfera pública, como demandas às políticas sociais (PASTORINI, 1997), para onde confluem restritivamente a definição de “deveres não-absolutos”. Esses deveres possuem e expressam uma teleologia enraizada nas experiências pessoais e nos agrupamentos enformados em “campos problemáticos ativos” (DELEUZE, 1988, p. 140) de luta contra as desigualdades.

Ou seja, a defesa ética dos direitos que está na base dos movimentos sociais contemporâneos não prescinde do dever, mas o nega como um absoluto exterior à experiência pessoal ou coletiva, definido por institucionalidades alheias aos sujeitos. E esse movimento implica na percepção de que:

[...] Modalidades de consciência estão constantemente em processo de transformação, com a progressiva extinção das arcaicas, e a emergência de outras novas. A tarefa de analisar a consciência política deveria ser não apenas descritiva, em relacionando a consciência ao contexto das relações de classe, mas também interpretativa enquanto se preste ao exame do declínio de certas formas de pensamento e o afloramento de outras, e o que significa esse processo dentro de um dado contexto de rearranjos sociais (SANDOVAL, 1994, p. 69).

Nesse sentido, os movimentos sociais contemporâneos se conformam pelo processo definido por Duarte como de “negociação da realidade”:

3 “[...] De esta manera, existe un privilegio por el análisis del ‘espacio local’ y de las dinámicas ‘moleculares’ que impulsan y impiden la formación de sujetos. Esto pretende focalizar aquellos microprocesos que llevan de lo individual a lo colectivo e de éste a una fuerza social y política. Así, abordar lo local no se circunscribe a una definición cultural ni geográfica-administrativa (municipio, por ejemplo), sino a la red de relaciones constituidas a partir de los espacios sociales en los que se genera la voluntad colectiva” (GADEA, 2004, p. 47-48).

A idéia de uma “negociação da realidade” sublinha a qualidade complexa, conflitiva ou contraditória do horizonte de possibilidades⁴ em que se movem os sujeitos das sociedades modernas em suas decisões éticas. Isso envolve em primeiro lugar a mencionada preeminência do “pluralismo”, implicada no valor da liberdade. Mas acentua sobretudo a dimensão dialógica que tendem a assumir todos os atos (inclusive os mais subjetivos) num contexto como esse (2005, p. 144).

Assim, cabe identificar, reconhecer e analisar quais movimentos sociais realizam essa “negociação da realidade”, na contemporaneidade, e como. Para tanto, buscarei empreender uma análise, considerando alguns movimentos sociais e populares que têm introduzido relações modernizadoras na sociedade brasileira, desde as estratégias operadas nos conflitos em que estão envolvidos.

A negociação da realidade (nos conflitos) e seu caráter modernizador

Primeiro, é importante reconhecer que a “negociação da realidade” em que se inserem os movimentos sociais contemporâneos ocorre em sociedades cada vez mais pluralistas, como a brasileira, o que pressupõe a coexistência de esferas concorrenciais de ação, identificações coletivas (BERTRAND, 1989) e mediações culturais (WILLIAMS, 1979; HALL, 2003). Nesse quadro, pode-se afirmar que o contexto societário desses movimentos configura um “espaço de coexistência”, como definido por Augras (1981, p. 34): “[...] no espaço de coexistência os homens tecem redes que os aproximam e os afastam, organizando o mundo de forma a assegurar áreas recíprocas de movimentação”.

Reforço, dessa noção, dois detalhes: a relação entre aproximação e afastamento tecida nas redes e a configuração de áreas recíprocas de movimentação. No primeiro, cabe perguntar: o que aproxima e afasta as pessoas? Que questão causal está presente a tessitura dessas redes? No segundo, cabe perguntar: como representar as áreas recíprocas de movimentação, uma vez reconhecida tal questão causal?

As primeiras questões são respondidas no enunciado da própria autora. Note-se que, na primeira relação, ela afirma que, nos espaços de coexistência, as pessoas tecem redes que as aproximam e afastam, e não, as aproximam **ou** afastam. Disso resulta que a organização do mundo decorrente dessa tessitura implica necessa-

4 Essa noção de Duarte aproxima-se muito da noção de “campo de possibilidades”, de Gilberto Velho (1994). Para este autor (VELHO, 1995, p. 230) a sociedade se estrutura cada vez mais, de forma a superar visões lineares e unidimensionais da cultura humana. Para o autor, “os domínios da economia, da política, da religião”, e das diversas dimensões da vida humana “não se encontram organizados em fila indiana ou em camadas geológicas ou em compartimentos estanques” (p. 230).

Por isso, o autor sugere que uma visão linear da realidade “pode produzir uma imagem perigosamente esquemática dos processos socioculturais” que correspondem à “múltiplos ritmos, direções e modos da vida em geral” (p. 230). Assim a noção de campo das possibilidades para Velho (1994, p. 40) está relacionada a uma “dimensão sociocultural”, vista como um “espaço para formulação e implementação de projetos”. Dimensão esta que auxilia na compreensão de trajetórias individuais relacionadas ao mundo, “como expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (VELHO, 1994, p. 40).

riamente no reconhecimento de conflitos e contradições dados como mediações entre as pessoas, o que insere nas áreas recíprocas de movimentação registros de proximidade e distância.

Esses registros são importantes para a análise aqui em elaboração, uma vez que podem ser relacionados aos processos sociais de apropriação dos condicionamentos naturais e materiais que afetam os sujeitos em condições desiguais, desde contextos rurais a urbanos. Assim é que os processos que configuram os movimentos sociais rurais marcam uma distância de suas condições objetivas com relação à vida urbana, de onde ritualizam-se e se reproduzem também em condições objetivas (LOPES, 2007).

Além das representações de proximidade e distância – que se desdobram em vários procedimentos estratégicos nos movimentos sociais contemporâneos – as áreas recíprocas de movimentação também projetam representações de direitos, que conformam fronteiras aos padrões sociais de ação e reivindicação dos sujeitos. E como sugere Telles (2001), tal projeção se origina desde um campo de conflito: é através do conflito que os não iguais impõem o seu reconhecimento como indivíduos e interlocutores legítimos, dissolvendo as hierarquias nas quais estavam submissos numa diferença sem equivalência possível. É nele, portanto, que se decifra o enigma dos direitos, enquanto conquistas de reconhecimento e legitimidade, sem o quê a cidadania formulada nos termos da lei não se universaliza e não tem como se enraizar nas práticas sociais.

Daí que os direitos reivindicados pelos movimentos sociais contemporâneos têm sua origem nos conflitos que acercam os sujeitos (o que não é uma novidade histórica), mas enraízam-se em modelos de sociabilidade em que os sujeitos se auto-produzem. Cabe afirmar, então, que os direitos são “abstraídos da teoria, tornando-se desencarnados”⁵ (NOBRE, 2003) e adquirindo um caráter de universalidade.

Essa marca dos movimentos sociais contemporâneos pode ser constatada nos “exercícios pedagógicos” (MACHADO, 2005, p. 82) que são ensaiados pelos seus sujeitos, nos diversos espaços de luta e resistência pela América Latina: desde o EZLN e a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca, no México, passando pelo MST e as Quebradeiras de Coco, no Brasil, o Movimento Boliviano pela Soberania e Integração Solidária dos Povos, até os “Piqueteros” (Movimento dos Trabalhadores Desocupados), na Argentina, entre outros tão importantes quanto estes.

Segundo, que as relações modernizadoras têm sido introduzidas pelas “invenções democráticas” que emergem dos conjuntos de práticas sociais desses movimentos.

5 E aqui, caberia questionar se esses formatos de sociabilidade onde operam inquietações, objetivos e identidades não seriam diferentes do que propriamente se compreendia como próprios dos novos movimentos sociais.

“Exercícios pedagógicos”, conflitos e modos de modernização no campo dos movimentos sociais

Machado (2005, p. 82) denomina de “exercícios pedagógicos” as experiências vividas pelos sujeitos nos processos de formação política, nos movimentos sociais contemporâneos e fora das relações de produção capitalistas. Buscando configurar tais processos e verificar sua generalidade, empreendo aqui uma leitura comparativa de tais exercícios no contexto de dois movimentos sociais. O primeiro é percebido nos momentos de ação dos sujeitos integrados nos quadros do MST (Movimento dos Sem Terra), que emergiu no Brasil em 1984. Atualmente, o Movimento reconhece três momentos claros de ação, traduzidos nos princípios: ocupar, resistir e produzir.

O momento da ocupação é aqui percebido em duas lógicas complementares de ação: a integração dos sujeitos ao Movimento e a ocupação de áreas rurais improdutivas. Na primeira lógica, manifesta-se o questionamento da condição social dos sujeitos arregimentados em várias áreas de pobreza urbana ou rural em que se explicitem critérios de expropriação vividos pelos mesmos. As estratégias para tal arregimentação são variadas, mas implicam sempre na existência de uma “predisposição para intervenção” (SANDOVAL, 1994, p. 68)⁶, que converge para uma orientação comum do Movimento, enquanto interesse coletivo.

A segunda lógica aponta para as ações de luta política mais imediatas, onde a “predisposição para intervenção” adquire concretude. Ocupar uma área improdutiva é um exercício coletivo que permite aos sujeitos reconhecerem-se em reciprocidade, frente diversas forças sociais que reagem à sua lógica de ação e denúncia social. Nesse sentido, a ocupação de áreas improdutivas é um momento onde se exercitam o reconhecimento das desigualdades, um campo de conflitos em torno da propriedade privada e sua função social, além da constante reafirmação da legitimidade das reivindicações demandadas na esfera pública pelo Movimento.

O segundo momento é uma extensão do primeiro, na medida em que resistir se refere à capacidade desenvolvida pelos sujeitos, coletiva e individualmente, de superar as privações vivenciadas nos acampamentos de ocupação. Esse é um momento de síntese entre os interesses individuais e os interesses coletivos, nem sempre resolvidos em consenso. Daí a necessidade de constantes assembleias, cursos de formação política e mediações dialógicas exercidas pelas lideranças do movimento (as instituídas e as instituintes).

6 A concepção de “predisposição para intervenção” é elaborada por Sandoval para ampliar as dimensões da consciência política sugeridas por Alain Touraine (identidade, oposição e totalidade), incluindo nelas “[...] a questão da percepção que o indivíduo tem de sua capacidade de intervenção para alcançar seus interesses, um fator estreitamente associado ao conceito de consciência no sentido voluntarista, e certamente implícito nas explicações causais da ação coletiva (SANDOVAL, 1994, p. 67-68).

O terceiro momento se traduz na organização coletiva em acampamentos e assentamentos, com vistas a legitimar uma outra lógica de produção. Nesse momento, várias questões emergem em um jogo tenso de negociações entre os sujeitos, frente às diversas possibilidades de relações entre cooperação e reciprocidade, necessárias à socialização do trabalho e da produção, no acesso à terra, em contraponto com os modos de privatização dominantes e tão idealizados socialmente.

Porém, entre o momento do acampamento e o do assentamento pode ocorrer um período de tempo longo. Neste período, os “exercícios pedagógicos” ganham intensidade, uma vez que as privações tendem a ser duradouras e os conflitos atípicos com aparatos policiais, segurança privada e outras forças de reação ocorrem regularmente. Assim, os vínculos dos sujeitos com o Movimento são constantemente afirmados, negociados ou rompidos, segundo os princípios de participação, voluntarismo e manutenção das conquistas que aí se expressam. Nessa perspectiva, uma das boas estratégias do Movimento tem sido a de ampliar os “exercícios pedagógicos” para outras esferas de articulação, além daquela local vivenciada pelos sujeitos, nos acampamentos ou assentamentos. Assim, o MST estimula intercâmbios constantes entre os sujeitos acampados ou assentados, além de manter e difundir amplamente boletins regulares de divulgação das suas ações, publicando opiniões de articulistas internos e externos ao Movimento, matérias e dados sobre economia, política, cultura, e notícias sobre ocupações e assentamentos. Em uma iniciativa pioneira, o MST criou a Universidade Florestan Fernandes, situada no município de Guararema, estado de São Paulo, onde sujeitos de locais diversos do Movimento participaram ativamente e voluntaristicamente da construção dos prédios, simultaneamente com a realização de cursos de formação geral e política e da manutenção das atividades da Universidade, em um sistema de rodízio de turmas.

Dessa forma, o Movimento reproduz-se constantemente em esferas interligadas de ações, das mais locais e de lutas mais imediatas às mais amplas, com canais de mediação entre as mesmas, configurando uma rede social que gera reflexividade sobre si mesma e a estrutura social em que se insere.

O segundo movimento que aqui considero, ainda no Brasil, é o Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, organizado no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, e surgido na segunda metade da década de 1980⁷. Trata-se de um Movimento social de base eminentemente geopolítica, que se funda e integra em regiões do país onde há ocorrência de palmeiras de babaçu. Embora o Movimento já tivesse deflagrado ações locais no início da década de 1980, sua gênese organizativa se forma no:

[...] processo de enfrentamento de tensões e conflitos específicos pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu, que haviam sido cercadas e apropriadas injustamente por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecu-

7 Endereço do Movimento na web: www.miqcb.org.br (acessado em 22/03/2007).

árias a partir das políticas públicas federais e estaduais para as regiões Norte e Nordeste (Site do MIQCB, acessado em 22/03/2007).

Assim, desde 1990, as mulheres quebradeiras de coco dos quatro Estados começam a se reunir para discutir os problemas e as propostas de melhoria no trabalho. Dessas discussões surge, em 1991, a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, assim denominada até 1995, quando articulam e organizam o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís, onde nasce o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), que possibilita a continuidade da organização.

O movimento é identificado, em seu próprio site na Internet, pela presença e ação de mulheres quebradeiras de coco babaçu, extrativistas, donas de casa, mães, avós, esposas e trabalhadoras rurais organizadas pelo MIQCB. Porém, na medida em que a extensão das ações e das localidades dos sujeitos deste Movimento abarca uma área geopolítica ampla, onde se encontram diversas comunidades quilombolas, a essas identificações devem se somar o traço da negritude e o componente histórico da herança de áreas remanescentes de quilombolas, em alguns casos.

Esse movimento se caracteriza, assim, pela definição de “coletividades ambivalentes”⁸, elaborada por Fraser (2001). Nesse sentido, as suas demandas exteriorizam regularmente na esfera pública a combinação de reivindicações redistributivas e por reconhecimento.

No próprio site do Movimento, tal ambivalência se expressa, quando afirmam:

A nossa nova identidade emerge segundo condições que foram sendo construídas e representam ações localizadas, embora com diferenciações econômicas internas entre si. Atualmente, buscamos mobilizar representantes de governos federal, estaduais e municipais para debater alternativas de desenvolvimento para as regiões de babaçuais (Site do MIQCB, acessado em 22/03/2007).

Inserido em relações de conflitos sociais, de forma ambivalente, esse movimento empreende “exercícios pedagógicos” de formação política que têm por características a articulação das diferenças econômicas das localidades em torno de uma identidade em construção, orientada para garantir o controle das áreas de babaçuais⁹ e da produção de seus derivados, como estratégia para conquistar melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, o MIQCB tem realizado

8 Da perspectiva de Fraser, os agrupamentos caracterizados por gênero e raça configuram coletividades ambivalentes paradigmáticas. Embora cada categoria tenha peculiaridades não compartilhadas pela outra, ambas englobam dimensões político-econômicas e culturais-valorativas, em geral definidas pelo fato dos agrupamentos assim caracterizados sofrerem injustiças socioeconômicas e não obterem reconhecimento simultaneamente (FRASER, 2001, p. 259).

9 Ocorre que o controle que se busca garantir é coletivo e se expressa na declaração de que as áreas de babaçuais são um “bem comum, passados de geração para geração” (afirmação feita em exposição proferida por Da. Dijé, uma das líderes do Movimento, no Seminário Nacional “A questão da terra: desafios para a Psicologia”, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, em Brasília, de 21 e 22/07/2006).

encontros interestaduais das quebradeiras de coco, anualmente, onde se discutem e planejam as atividades das coletividades, assim como do próprio Movimento. Em tais encontros, evidenciam-se estratégias de enfrentamento de conflitos cotidianos e estruturais, dialogicamente refletidas, fazendo com que a estrutura do Movimento harmonize as decisões de base com uma organização que também é construída e toma forma na medida em que cresce o Movimento. As participantes do MIQCB são informadas e participam desses processos através de canais de mediação diversificados. Aqui, destaco o boletim bimestral *Jornal Pindova*, que pode ser acessado no site do Movimento.

Assim, também esse Movimento articula dimensões distintas e esferas de ação em uma rede social, gerando reflexividade sobre si mesmo e a estrutura social em que se insere.

Por fim, cabe perguntar o que esses dois movimentos guardam em comum. Em princípio, responderia que eles “exercitam pedagogicamente” formações políticas que se orientam por “modos de modernização” (TOURAINÉ, 2006) distintos do hegemônico, mesmo que em diálogo ou negociação com o mesmo. Para compreender esses “modos de modernização”, em desenvolvimento nos Movimentos, é importante reconhecer que na América Latina e no Brasil, em especial, o modernismo e a modernidade chegaram antes da modernização (SOUZA, 2001), o que resultou na reprodução de estereótipos que aumentaram a discriminação das populações fixadas na terra (no campo ou nas áreas rurais) e naturalizaram o trato das desigualdades sociais (IANNI, 1992; MARTINS, 1997; WANDERLEY, 2004; SOUZA, 2004).

Sem modernização¹⁰, abriu-se espaço para que as oligarquias rurais mantivessem sua hegemonia no campo, reproduzindo relações clientelistas e de expropriação com as populações rurais (LOPES; PETRY, 2005), e relações de cumplicidade com as camadas médias urbanas¹¹, que reproduziram por décadas os estereótipos aplicados aos indígenas, aos camponeses, aos quilombolas e outros.

Somente o processo de modernização social, a partir dos anos 1950, no Brasil e na América Latina, projetou a questão da terra como questão social e nacional, acelerando e ampliando o desenraizamento das pessoas do campo e os processos excludentes (MARTINS, 1997). Contudo, como analisou Ianni (1993), a questão da terra foi projetada como problema agrário, atualizando as tensões entre os camponeses e os proprietários de terras sobre a égide do industrialismo, gerando um “neolatifundismo”:

10 Entendo por ausência de modernização, no campo, um conjunto de situações: a reprodução do latifúndio, a falta de reforma agrária, a manutenção clientelística de poderes oligárquicos, os processos migratórios, o envelhecimento da população rural e o abandono da questão pelas agências de Estado.

11 Essas relações de cumplicidade nem sempre foram aparentes, ou conscientes, por parte das camadas médias urbanas. Uma das estratégias atuais dos latifundiários, no Rio Grande do Sul, por exemplo, tem sido a de fracionar trechos das propriedades das margens das rodovias e vendê-las para pessoas dessas camadas médias urbanas, que ali constroem chácaras e sítios de fim-de-semana. Dessa forma, o latifúndio fica invisível à maioria das pessoas que circulam pelas estradas (informação fornecida por Sérgio Reis – o Chocolate – do assentamento “Filhos de Sepé”, em Viamão, RS).

[...] Há um “neolatifundismo”, resultante da forma pela qual a sociedade camponesa passou a ser submetida ao industrialismo. Os mecanismos de mercado, os processos de financiamento, as exigências da maquinização e quimificação criaram novos e poderosos vínculos dos capitais industrial, bancário e comercial com a produção camponesa. [...] “Surgiram novas e talvez mais refinadas formas de opressão, que mantêm o campesinato em posição subordinada, dependente e sujeito a uma exploração mais eficaz”.

[...] Nesse sentido é que o problema agrário continua a ser um aspecto importante da questão nacional. Expressa desigualdades e antagonismos sociais que dizem respeito a famílias, grupos sociais e setores de classes, compreendendo remanescentes de nações indígenas deslocados, expropriados, desenraizados de suas condições de vida, trabalho e cultura (IANNI, 1993, p. 57).

Assim, a modernização do campo, se gerou algum *estilo de vida* das populações ali fixadas, foi o *estilo da vida como luta*. Em um quadro de reprodução de processos de expropriação – como o trabalho escravo, a mobilização de mão-de-obra nordestina para os canaviais do sudeste e centro-oeste, a grilagem das terras, o assassinato de líderes rurais, a invasão e a exploração de terras indígenas, de reservas étnicas e de áreas de proteção ambiental, em larga escala – as grandes propriedades rurais se modernizaram mais pela pressão dos movimentos sociais em luta pelo acesso à terra (GEHLEN, 2004), do que por uma opção empreendedora dos seus proprietários.

Pode-se afirmar, desse modo, que modernos no campo são os processos e as lutas sociais pela garantia da vida e das relações que grupos e categorias de sujeitos rurais estabelecem com a terra. Daí porque os relatos dos processos de luta devem ser centrais nas investigações sobre a questão. Tais relatos possibilitam apreender como os atores sociais dessas lutas passaram a “construir relações” e se tornaram sujeitos¹², “na construção comunitária, coletiva, a construção do bem comum, que vai ser passado de geração para geração”, como se referiu Da. Dijé, representante do movimento das Quebradeiras de Coco do Maranhão, no Seminário do CFP, ao discutir a luta pela posse das terras de Quilombolas.

Essa abertura para pensar a posse da terra como um bem comum é desdobrada, efetivamente, de uma trajetória de lutas sociais pela garantia de preservação de um modo de vida.

[...] “Às vezes, o camponês fala da terra como de algo sagrado”. Os sentidos físicos e espirituais dele estão particularmente desenvolvidos no que se refere às suas formas. Para ele, ela pode ser virgem, mata, campo, serrado, pampa, montanha, vale, desmatada, queimada, seca, úmida, fofa, fértil,

12 Touraine (2006, p. 123) já apontou para tal construção, ao afirmar: “Só nos tornamos plenamente sujeitos quando aceitamos como nosso ideal reconhecer-nos – e fazer-nos reconhecer enquanto indivíduos – como seres individualizados, que defendem e constroem sua singularidade, e dando, através de nossos atos de resistência, um sentido à nossa existência”.

gorda semeada, cultivada, descansada, pronta. Sem terra, o camponês sente-se morrer, errante. “É como um zumbi”, arrancado do seu elemento, desenraizado. É da terra que se arrancam as raízes de muita gente, muito povo (IANNI, 1993, p. 58).

Porém, antes de querer manter-se tradicional (uma reivindicação justa, afinal), esse modo de vida se atualiza na própria luta, sem se confundir com as imposições de um modelo único de desenvolvimento.

Nesse sentido, as mulheres e os homens que lutam pela terra, como Dona Dijé e suas companheiras, não quebram apenas cocos, mas também rompem com a racionalidade hegemônica que confunde o moderno com o progresso e o pensamento único, anulando as diferenças.

Ora, quando as pessoas faveladas das cidades do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, expõem representações de seu não pertencimento às cidades (LOPES, 2006); quando as famílias assentadas na comunidade “Filhos de Sepé”, em Vião, no estado do Rio Grande do Sul, fazem casas pelo processo de bioconstrução e tratam os animais como parceiros no cultivo da terra, elas também estão mudando, aos poucos, essa racionalidade, e explicitando a ambigüidade da paisagem da terra, em nossa sociedade: não mais a lógica patrimonialista da disposição dos objetos no ambiente, mas a paisagem vista como atribuição de força aos elementos que processam o ambiente (SANTOS, 1997) e o organizam como um lugar próprio (CERTEAU, 1994).

Daí que, nos processos que configuram os Movimentos sociais contemporâneos, pensar a relação entre sujeitos e lugares implica pensar os lugares próprios aos sujeitos, de onde eles visualizam o mundo e agem: o lugar é estratégico e é, ele próprio, estratégia. Os lugares compõem a mundividência dos sujeitos, incorporando identidades dos que passam por eles (YÁZIGI, 2001), mas abrindo-se sempre às transformações vividas ou esperadas nas condições de vida dos sujeitos e nas suas relações sociais.

Referências

- AUGRAS, Monique. **O ser da compreensão**; fenomenologia da situação de psicodiagnóstico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Edição portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- BAQUERO, Marcello. Cultura política e neoliberalismo na América Latina. In: PINTO, Céli R.; GUERRERO, Hugo (Orgs.) **América Latina: o desafio da democracia nos anos 90**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Associação de Universidades Grupo Montevideo, 1996.
- BERTRAND, Michele. O homem clivado – a crença e o imaginário. In: SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard (Orgs.) **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.
- BURITY, Joanildo. Mudança cultural, mudança religiosa e mudança política: para onde caminhamos? In: BURITY, Joanildo (Org.) **Cultura e identidade**; perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** (v. I: Artes de Fazer). Petrópolis: Vozes 1994.
- CORTINA, Adela. **Ética civil y religión**. Madrid: PPC Editorial, 1995.
- DELEUZE, Gilles. **Repetição e diferença**. São Paulo: Graal, 1988.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**; movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Delume-Dumará; ANPOCS, 1995.
- DUARTE, Luiz F. D. (2005). Ethos privado e justificação religiosa. Negociações da reprodução na sociedade brasileira. In: HEILBORN, Maria L.; DUARTE, Luiz F. D.; PEIXOTO, Clarice; BARROS, Myriam L. (Orgs.) **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 4, p. 11-23, 1984.
- FRASER, Nancy. A justiça social na globalização - Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 2002. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/063/063.php> Acesso em: 25/10/2006.
- _____. Da redistribuição ao reconhecimento? dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB. 2001.
- GADEA, Carlos A. **Acciones colectivas y modernidad global**; el movimiento neozapatista. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2004.
- GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, nº 2, p. 95-103, 2004.

GOHN, Maria da Glória (1997). **Os Sem-Terra, ONGs e cidadania**. SP: Cortez, 1997.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora; identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HILSENBECK Fº., Alex M. Democracia e governos autônomos – uma reflexão a partir da experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional. **Mediações**, Londrina, v. 10, nº 2, p. 55-73, 2005.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **O labirinto latinoamericano**. Petrópolis: Vozes, 1993.

KRISCHKE, Paulo J. **Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. **El crepúsculo del deber; la ética indolora de los nuevos tiempos democráticos**. 5. ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

LOPES, José Rogério. Pobreza, subjetividade e cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 70, p. 160-172, 2002.

_____. **Anthropsys; relações teórico-práticas entre a psicologia e a antropologia**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2006.

_____. A questão da terra como desafio para a Psicologia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, PR (no prelo).

LOPES, José Rogério; PETRY, Almiro. **Pobreza e desigualdade: o caso brasileiro**. Curso Continental AUSJAL sobre pobreza em América Latina. Disponível em <http://cursopobreza.ucab.edu.ve>.

MACHADO, Eliel R. Na contramão do neoliberalismo: Sem-Terra e Piqueteiros. **Mediações**, Londrina, v. 10, nº 2, p. 75-90.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto; ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed UFRGS; 2003.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente; movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOBRE, Marcos. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a teoria crítica. (Prefácio) In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Editora 34, 2003.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 18, nº 53, p. 80-101, 1997.

- SANDOVAL, Salvador. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção**; uma reflexão interdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- SILVA, Josué Pereira da. Teoria crítica na modernidade tardia: sobre a relação entre reconhecimento e redistribuição. (Paper apresentado no GT Teoria social e multiplicidade da modernidade) **Anais do 29º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (CD Rom), 2005.
- SOUZA, Jessé de. Processo civilizador na periferia: segregação social e unidade cultural. In: LEIS, Héctor R.; SCHERER-WARREN, Ilse; COSTA, Sérgio (Orgs.) **Modernidade crítica e modernidade acrítica**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- _____. Modernização periférica e naturalização da desigualdade; o caso brasileiro. In: SCALON, Maria Celi (Org.) **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A procura de si**; diálogo sobre o sujeito. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977.
- _____. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, São Paulo, nº 17, p. 5-18, 1989.
- _____. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- VELHO, Gilberto (1994). **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- VELHO, Gilberto (1995). Estilos de vida urbana e Modernidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 227-234. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/175.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2007.
- WANDERLEY, Luis E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (Orgs.) **Desigualdade e a questão social**. 2.ed. São Paulo: Educ, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**; turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

Recebido em:	06/12/2006
Aceite em:	14/02/2007